

Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)

# Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)

# Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |  |
|---|--|
| 162   | <p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF<br/>Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader<br/>Modo de acesso: World Wide Web<br/>Inclui bibliografia<br/>ISBN 978-85-7247-897-7<br/>DOI 10.22533/at.ed.977192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social.<br/>I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p> |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>   |  |

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Os pensadores que realizaram as primeiras investidas efetivas no campo dos estudos sociológicos em fins do século retrasado, nomes como Marx e Durkheim, ocuparam-se de pintar com uma paleta científica paisagens até então dominadas pelas cores planas e pouco variadas do senso comum, do pensamento religioso e de uma ampla cadeia de preconceitos. Para estes pensadores, o desafio era desenvolver regras gerais e algo semelhante a uma física para uma matéria prima aparentemente tão amorfa e envolta em tabus quanto o complexo emaranhado de relações estabelecidas no seio das aglomerações humanas.

A afirmação de que, em relação a outros campos de conhecimento, as Ciências Sociais são jovens, já se converteu em uma máxima confortável, demasiado utilizada. Por um lado, é certo que o interesse por observar os fenômenos sociais à luz do método científico se articulou concretamente entre os séculos XIX e XX, mas estes fenômenos já haviam sido estudados, ainda que em menor escala, mediados por outros filtros.

Talvez em razão disso, as Ciências Sociais se debatam, na economia simbólica do cotidiano, com lutas ainda mais ferozes que outros saberes mais estabelecidos. Há quem questione a forma do planeta, o nível de participação humana no aquecimento global ou a efetividade das vacinas, especialmente nos dias em que vivemos, quando a negação da validade do conhecimento de ordem científica cresce a olhos vistos. Entretanto, a rejeição em relação aos conhecimentos que a Física, a Geografia e a Biologia têm a oferecer ainda é pequena em comparação àqueles que emanam das Ciências Sociais e de sua área irmã, as Humanidades.

São realmente muitos os tabus envoltos na vida em sociedade, dado o volume de tópicos fundamentais à vida em sociedade que são considerados por vezes imperscrutáveis. A religião. O gênero. As dinâmicas de classes. As relações econômicas como um todo. O significado de determinados papéis sociais enquanto lugares de prestígio ou de repulsa. Tudo isso concerne às Ciências Sociais. Tudo isso é problemático, subjetivo e indiscutível para quem vê a realidade através das lentes de preconceitos que sequer compreende como surgiram e funcionam. Cabe, deste modo, aos estudos aqui apresentados, a tarefa de cometer esse delito social, discutindo o indiscutível.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....  | <b>1</b>  |
| A DIGITALIZAÇÃO DO TRABALHO PERICIAL CONTÁBIL COMO FATOR DE ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE  |           |
| André Silva Neto<br>Almeciano José Maia Júnior   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9771923121</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....  | <b>11</b> |
| BREVE ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PERFIL SOCIOECONOMICO DE UM MUNICÍPIO DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE DO RS               |           |
| Sandra Cristina Franchikoski<br>Susana Cesco   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9771923122</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....  | <b>21</b> |
| EFICIÊNCIA DE MERCADO: ANÁLISE DO MERCADO FUTURO DO ETANOL HIDRATADO NO ESTADO DA PARAÍBA UTILIZANDO CO-INTEGRAÇÃO                               |           |
| Jucimar Casimiro de Andrade<br>Fernando Salvino da Silva<br>Marcela Rebecca Pereira<br>Robson José Silva Santana<br>Larissa Petrusk Santos Silva |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9771923123</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....  | <b>37</b> |
| A FILOSOFIA DE HEIDEGGER E O DIREITO: FUNDAMENTOS E ORIGENS DO DIREITO   |           |
| Gabriela Leão de Sousa   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9771923124</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....  | <b>51</b> |
| A NECESSIDADE DE UMA LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE TIPIFIQUE A CONDUTA HOMOFÓBICA  |           |
| Emmanuel Vasconcelos Romão<br>Elissama Silva Braga<br>Welligton Aguiar Ponte Filho<br>Betânia Moreira de Moraes                                  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9771923125</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....  | <b>56</b> |
| CONSIDERAÇÕES DA APLICABILIDADE DA LEI DO FEMINICÍDIO EM FAVOR DAS MULHERES TRANSGÊNERO  |           |
| Carolina Fernandes Paris<br>Isabella Vitória Kohiyama de Freitas   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9771923126</b>   |           |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>83</b>  |
| O DIREITO AO ESQUECIMENTO E SUA APLICABILIDADE NA QUESTÃO TRANSEXUAL  |            |
| Nathalia Maria Silva da Silva   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9771923127</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>96</b>  |
| ALIENAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DO DIREITO ANTE O ESPECTRO BIOPOLÍTICO PÓS-MODERNO  |            |
| Murilo Henrique de Brida  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9771923128</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>108</b> |
| DA NECESSIDADE E DIFICULDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO   |            |
| Luíza Sampaio Jacob   |            |
| Marina Holler Rodrigues   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9771923129</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>121</b> |
| DEPENDÊNCIA E CODEPENDÊNCIA: UM ESTUDO ACERCA DAS RELAÇÕES FAMILIARES EM USUÁRIOS DE CRACK  |            |
| Adriana Silva da Fonseca  |            |
| Bryan Silva Andrade   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231210</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>144</b> |
| DIREITOS HUMANOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO   |            |
| Ellen Soares Fraga  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231211</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>157</b> |
| A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO TOCANTINS E A INCONSTITUCIONALIDADE REGULAMENTADA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 2014 DO INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS- ITERTINS |            |
| Bruno Barreto Cesarino  |            |
| Eduarda Maria Ibiapina da Rocha Coelho  |            |
| César Floriano de Camargo   |            |
| Bruno Vinícius Nascimento Oliveira  |            |
| Leila Rufino Barcelos   |            |
| Danilo Bezerra de Castro  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231212</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>167</b> |
| HAITIANOS EM SÃO PAULO: PROTEÇÃO PENAL ANTE O RACISMO E A XENOFOBIA   |            |
| Roberta Elias Mendonça Mendes   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231213</b>   |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....  | <b>179</b> |
| FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O ESTADO DE RORAIMA  |            |
| Ingrid Cardoso Caldas<br>Willian Tihago Quirino Sales   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231214</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....  | <b>193</b> |
| PERSPECTIVA TEÓRICA INSTITUCIONALISTA - MODELO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS   |            |
| Franciele da Silva Freitas<br>Rita Vanderléia Martel  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231215</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....  | <b>207</b> |
| POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA   |            |
| Marcella Lima Marinho<br>Luciana Lopes Silva Martins<br>Nara Lisiane Abreu de Oliveira  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231216</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....  | <b>218</b> |
| PROVA INDICIÁRIA NO PROCESSO CRIMINAL CONFORME A HERMENÊUTICA DE HEIDEGGER E GADAMER  |            |
| Eid Badr<br>Mário Vinícius Rosário Wu   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231217</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....  | <b>233</b> |
| REGIÃO METROPOLITANA DE CHAPECÓ: DINÂMICAS REGIONAIS E SUAS TERRITORIALIDADES   |            |
| Ana Laura Vianna Villela<br>Rosa Salete Alba<br>Claudio Machado Maia<br>Laiz Arruda   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231218</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....  | <b>246</b> |
| SISTEMA DE RECOMPENSAS PARA O TRABALHADOR DO SÉCULO XXI   |            |
| Ernandes Farias da Costa<br>Francisco Damião Damasceno Neto<br>Luise Maria dos Santos Dias<br>John Lennon Oliveira Araújo<br>Rubens Caminha Juaçaba Filho<br>Silvio Roberto Dias da Silva |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231219</b>   |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....  | <b>251</b> |
| SEGURANÇA HÍDRICA E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA/RORAIMA   |            |
| Mónica Montana Martínez Ribas   |            |
| André Andriw Santos da Silva  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231220</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....  | <b>264</b> |
| SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA/CE: SÚMULA ACERCA DOS SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS DAS USUÁRIAS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM JARDIM E CANINDEZINHO |            |
| Benedita Beatriz Elias Dias   |            |
| Jamille Rodrigues Braga   |            |
| Lívia Kelly da Silva  |            |
| Leila Maria Passos de Souza Bezerra   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.97719231221</b>   |            |
| <b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....   | <b>270</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....   | <b>271</b> |

## A NECESSIDADE DE UMA LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE TIPIFIQUE A CONDUTA HOMOFÓBICA

Data de aceite: 18/11/2019

### **Emmanuel Vasconcelos Romão**

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Faculdade de Direito - Ceará

### **Elissama Silva Braga**

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Faculdade de Direito - Ceará

### **Wellington Aguiar Ponte Filho**

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Faculdade de Direito - Ceará

### **Betânia Moreira de Moraes**

Universidade Estadual do Ceará, cedida à Universidade Estadual Vale do Acaraú, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Direito - Ceará

**RESUMO:** Este trabalho surge como destaque para o combate a violências contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Seja a violência física, psicológica, patrimonial ou sexual. A pesquisa histórico bibliográfico, a partir dos métodos dialéticos, busca expandir a visão para a necessidade de um olhar mais atento para uma classe social que sofre uma opressão silenciada, e traz os efeitos jurídicos e psicológicos dessa opressão. Bem como as ações de políticas públicas nacionais de enfrentamento a essa problemática. Diante disto, o Estado, refém desta análise, tem como

dever adotar medidas que amenizem o impacto da homofobia no Brasil, não só com o caráter penal privativo de liberdade, mas também incentivando métodos de conscientização e denúncia contra esse tipo de violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Penal. Discriminação. Homofobia.

### THE NEED FOR SPECIAL LEGISLATION TO TYPE HOMOPHOBIC CONDUCT

**ABSTRACT:** This work emerges as a highlight for combating violence against gays, lesbians, transvestites and transsexuals. It can be physical, psychological, patrimonial or sexual violence. Bibliographic historical research, based on dialectical methods, seeks to expand the vision for the need for a closer look at a social class that suffers a silenced oppression. As well as the actions of national public policies to confront this problem. Given this, the State, as a hostage to this analysis, has the duty to adopt measures that alleviate the impact of homophobia in Brazil, not only with the penal character of liberty depriving, but also encouraging methods of awareness and denunciations against this type of violence.

**KEYWORDS:** Criminalization. Homophobia. Penal law.

## 1 | INTRODUÇÃO

Não é recomendável que se faça a leitura da expressão –homofobia- ao pé da letra, pois tal expressão foi criada apenas para significar repulsa, medo, aversão ou ódio contra homossexuais ou a homossexualidade. Entretanto, hoje podemos utilizar esse termo para dar significado a toda forma de discriminação ou violência contra os mesmos.

A prática da homofobia tem raízes seculares no Brasil e no mundo. Entretanto, infelizmente ainda é uma realidade na nossa contemporaneidade. Essa violência pode advir de diversos fatores, tendo como principal deles, o preconceito. Tendo um país colonizado e conservador, logo de raízes religiosas, como objeto de estudo, observa-se que a falta de instrução escolar a respeito da diversidade alheia e a falta de base familiar calçada no respeito mútuo com as diferenças, acaba tendo como resultado cidadãos violentos, violência essa que recai excepcionalmente sobre as classes preteridas. (CUNHA, 2016).

Movimentos sociais como o Movimento Feminista e o Movimento Negro no Brasil, obtiveram uma crescente visibilidade na questão de adquirir direitos, exemplos disso temos a Lei Maria da Penha para este, e a Lei do Racismo para aquele. O foco deste trabalho se dá exatamente sobre isso, de igualar a luta LGBT aos demais movimentos no Brasil, por seu teor histórico de luta, desigualdade e opressão. E assim obter um cuidado especial por parte do Estado de buscar no ordenamento jurídico formas de proteção aos mesmos. Apontamos como exemplo de proteção, sob a visão jurídica, a tipificação da conduta homofóbica, no que se diz respeito a violência física e sexual contra gays, lésbicas, bissexuais travestis e transexuais.

## 2 | METODOLOGIA

Quanto a abordagem caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, e tem como intuito expandir o conhecimento sobre o assunto discutido e trabalhado, no caso, a conduta homofóbica e a necessidade de sua tipificação na legislação penal, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Tal estudo, sob a óptica objetiva, foi concebido por meio de dados sobre a comunidade LGBT no Brasil, em uma pesquisa histórica e bibliográfica. Baseando-se primordialmente em livros e artigos publicados que conceituam e discutem o tema abordado, aprofundando assim, o conhecimento a respeito da necessidade de uma legislação especial que tipifique, ou seja, tornar uma conduta delituosa o ato da homofobia no Brasil.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já exposto, as condutas homofóbicas ainda se fazem presentes em nossa contemporaneidade e ganham mais força no cenário brasileiro, visto que há uma omissão do Poder Legislativo Brasileiro no tocante à aprovação de uma legislação especial que tipifique a conduta homofóbica. É de fundamental importância ressaltar no começo dessa discussão todo o respaldo constitucional existente no Ordenamento Jurídico Brasileiro para a criação de uma lei que criminalize a homofobia nos moldes da Lei do Racismo e da Lei Maria da Penha. Além de diversos documentos internacionais, inclusive documentos oriundos da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA), que tratam com urgência e importância a criação de projetos de políticas legais e específicas que previnam e punam a violência de natureza homofóbica (BAHIA, 2012).

Sendo assim, podemos analisar que a nossa Constituição criou um sistema com garantias e direitos que exige que a República Brasileira crie políticas públicas e legislações que coíbam a violência homofóbica (MELLO, 2012).

A resposta do Poder Executivo Brasileiro para essas demandas se limitam a criação de metas que não encontram nenhum apoio legislativo para que possam ter efeitos concretos. Podemos citar como exemplo: o Programa “Brasil sem Homofobia” (2004); a I Conferência Nacional LGBT de 2008, seguida da II Conferência em 2011; e a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) em 2010 (BAHIA, 2010).

Assim, podemos verificar que o conteúdo dessas metas e pautas não foi transformado em projeto de lei nem teve continuidade no governo seguinte, e, se teve, foi deixado em segundo plano. Podemos analisar ainda que o Executivo encontra forte oposição nos grupos religiosos em relação a esses assuntos, exemplo disso é o “Kit contra a Homofobia” idealizado no Governo Dilma que foi vetado pela Presidenta da República por pressão desses grupos. Desse mesmo modo, alguns programas de combate à AIDS estão sofrendo limitações e cortes por pressão desses mesmos grupos. As tradições conservadoras dos legisladores brasileiros encontram-se disfarçadas de posicionamento jurídico neutro e acabam influenciando para que o Legislativo se iniba de deliberar sobre questões polêmicas e problemáticas, como a homofobia (RIOS, 2001).

Faz-se mister citar que a atuação do Judiciário é favorável nessa questão, em consequência das jurisprudências que vem se desenvolvendo ao longo dos anos e que se mostram favoráveis as questões de diversidade de gênero e diversidade sexual. Entretanto, os Tribunais possuem limites para a sua atuação ficando à mercê da inércia do Legislativo (BAHIA, 2010).

Nesse contexto, podemos citar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006

como o ponto mais alto da luta pela criminalização da homofobia. O PLC 122/2006 é a união dos PL 4242/2004, 3770/2000, 05/2003 e 5003/2001 que tratavam em termos gerais sobre a criminalização da homofobia e da transfobia. O PLC 122/2006 seguiu para o Senado, mas não conseguiu aprovação por oposição dos grupos religiosos que se fazem presente pela bancada evangélica, estes alegam que com a aprovação da lei estaríamos dando “muitos direitos para poucos”, mas esquecem que o mesmo já foi feito como aqueles que eram discriminados pela sua cor ou raça com a Lei do Racismo, ou seja, estaríamos apenas ampliando o direito que essas minorias conseguiram. Os negros e a comunidade LGBT sofrem com a mesma “espécie” de preconceito que age de forma específica e direcionada, isto é, são vítimas da violência só por fazerem parte de minorias, assim, nada mais justo que serem protegidas da mesma forma (CONDE, 2004). O desamparo é tamanho que o PLC 122/2006, único Projeto de Lei que propunha a criminalização da homofobia, foi arquivado em 2015 por falta de deliberação no Senado (SILVA, 2015).

As violências de natureza homofóbica são pouco discutidas na grande mídia e quando chegam a ganhar destaque é pela forma cruel como o crime foi cometido, essa situação de invisibilização das violências de natureza homofóbica influencia no processo de naturalização dessa conduta e assim a população identificada como Lésbica, Gay, Bissexual e Transsexual é cada vez mais marginalizada e desumanizada. Essa situação é bem visível nos relatórios sobre Homofobia feitos pela Secretária de Direitos Humanos (SEDH, 2011 e 2012) com base nas denúncias apuradas pelo “Disque 100”, que aponta um crescimento de 166% da violência homofóbica de 2011 para 2012, contabilizando um total de 588 homicídios entre 2011 e 2012. Tendo em vista que muitos membros da comunidade LGBT não conhecem esse dispositivo, já que é muito recente, é válido refletir sobre os inúmeros casos que não são denunciados e que não chegam aos relatórios (ABGLT, 2013)

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista disso, a conduta homofóbica fere os bens jurídicos mais importantes do nosso Ordenamento, quais sejam a dignidade humana, a integridade física e moral e etc., apesar disso ainda inexistente uma lei em nosso Código Penal que criminalize os atentados contra os direitos básicos e fundamentais da população LGBT, sem existir nenhuma agravante ou qualificadora quando um crime é cometido pelo simples fato da orientação sexual e identidade de gênero do indivíduo ser diferente do considerado normal pela sociedade em que vivemos.

A sociedade brasileira ainda tem muito o que evoluir na questão de aceitar as diferenças do próximo, e isso é um fato. Essa evolução se dará de forma mais abrangente com o apoio do Estado, penalizando aquele que deve ser penalizado,

e educando incapazes juridicamente para que não seja necessário punir no futuro. O poder legislativo brasileiro precisa estar mais atento em atender todas as classes sociais, gêneros e etnias em suas decisões. Os representantes do governo brasileiro são em sua maioria homens, de idade avançada, e heteros. Mas isso não é a representatividade da nação. O Brasil é diverso, e essa diversidade precisa ser protegida daqueles que insistem em seus discursos de ódio, fundamentados no conservadorismo religioso, pois tudo isso tem como consequência uma brutal violência. Logo, se o Estado não se impõe para prevenir tais atos, é esperado que o mesmo se imponha para punir, tipificando então, a conduta homofóbica na mesma forma processual na qual encarou a problemática da violência contra mulheres e o racismo.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. (1995). **Carta de princípio da Associação Brasileira de gays, lésbicas e travestis**. Recuperado de 2013 de <http://abglt.org.br/port/cartaprinc.php>. Matins, F., & Romão, L., & Reis, T. (Eds) (2010). Manual de Comunicação LGBT.

BAHIA, Alexandre Melo Franco. A não-discriminação como direito fundamental e as redes municipais de proteção a minorias sexuais – LGBT. **Revista de informação legislativa**, v. 47, n. 186, p. 89-106, abr./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Homofobia no Brasil, resoluções internacionais e a Constituição de 1988. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3269, 13 jun. 2012.

CUNHA, Carolina. **Homofobia: preconceito, violência e crimes de ódio**. Maio de 2016.

RIOS, Roger Raupp. A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, a. 38 n. 149 jan./mar. 2001.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Denise Pereira** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

**Maristela Carneiro** - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Açúcar cristal 22, 24, 29

Atualidade 37, 60, 106, 127, 144, 246, 258, 259

Ausência 12, 41, 76, 79, 80, 90, 93, 108, 117, 128, 134, 140, 201, 221, 253, 268

### B

Benefícios 2, 6, 93, 153, 200, 203, 246, 247, 248, 249, 250, 264, 266, 267, 268, 269

Boa vista 17, 179, 185, 186, 191, 207, 213, 217, 251, 252, 258, 259, 260, 262

### C

Capitalismo 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 207, 208

Chapecó 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Codependência 121, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143

Coisificação humana 96

Corede 11, 12, 13, 16, 17, 19

Crack 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 138, 139, 140, 141, 142, 143

### D

Dasein 37, 38, 40, 43, 44, 45, 48, 49

Dependência 40, 98, 121, 122, 124, 125, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 163, 183, 200, 237, 241

Desenvolvimento regional 12, 217, 233, 234, 236, 237, 238, 242, 244, 245

Digitalização 1, 2, 6, 7, 8, 9

Direito 6, 7, 8, 9, 10, 12, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 66, 67, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 144, 149, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 172, 178, 193, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 224, 230, 231, 261, 266, 267, 269

Direito penal 51, 57, 81, 96, 102, 103, 106, 110, 112, 114, 115, 120, 231

Direitos humanos 54, 64, 67, 69, 75, 95, 97, 116, 118, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 170

Discriminação 51, 52, 53, 55, 57, 63, 69, 74, 80, 81, 82, 91, 92, 118, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178

### E

Eficiência de mercado 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34

### F

Família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 70, 73, 77, 88, 121, 122, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 195, 215, 248, 250, 266, 267, 268, 269

## G

Gadamer 218, 219, 224, 225, 227, 228, 230, 231

Gênero 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 94, 95, 101, 126, 151, 169, 187

## H

Haitinos 167

Heidegger 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 96, 218, 219, 224, 225, 228, 230, 231

Hermenêutica 42, 46, 81, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232

Homofobia 51, 52, 53, 54, 55, 80

Humanismo 144

Humanização 112, 207, 209, 212, 213, 214, 215, 216

## I

Impactos econômicos 179, 185

Impactos sociais 179

Individualização da pena 108, 110, 112, 113, 117, 118, 119, 120

Institucionalismo 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Instituições 6, 62, 79, 101, 146, 154, 179, 186, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 237, 244, 253, 255, 257

## L

Legitimação jurídica 96

Lei 7.716/89 167, 169, 170, 172, 173, 174, 177

## M

Mercado futuro 21, 22, 24, 25, 28, 34, 35

Migração 168, 176, 179, 180, 181, 191, 240, 258

Mitsein 37, 45, 49

Motivação 67, 140, 220, 221, 229, 230, 231, 246, 247, 250

## N

Neo-institucionalismo 193, 194, 195, 199, 200, 202, 203

## P

Perícia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10

Personalidade 57, 73, 74, 78, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 111, 135, 136, 159

Pobreza 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 180, 181, 209, 216, 253, 267, 268, 269

Poder econômico 144, 151, 155

Políticas públicas 12, 20, 51, 53, 57, 122, 127, 140, 141, 193, 194, 195, 196, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 217, 244, 251, 252, 256, 257, 258, 260, 263, 264

Políticas públicas de saúde 207, 209, 212, 217

Prisão feminina

Processo penal 115, 118, 172, 218, 220, 222, 224, 226

Programa bolsa família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 266, 267

Proteção 2, 20, 28, 52, 55, 72, 74, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 98, 115, 123, 128, 134, 138, 139, 144, 146, 152, 167, 176, 177, 178, 179, 188, 209, 210, 211, 216, 218, 219, 231, 252, 253, 255, 262, 264, 265, 269

Prova indiciária 218, 219, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232

## R

Racismo 52, 53, 54, 55, 167, 169, 170, 172, 176, 177, 178

Recompensas 246, 247

Região metropolitana 233, 235, 237, 238, 239, 242, 244

## S

Segurança hídrica 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261

Sistema penitenciário 108, 118, 196

Sociedade incivilizada 96

Sus 61, 62, 63, 75, 76, 77, 78, 91, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217

Sustentabilidade 1

## T

Territorialidade 233, 235, 236, 237, 243

Tráfico de drogas 221

Transexualidade 56, 57, 58, 61, 75, 76, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92

## V

Venezuela 66, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 192

Violência 51, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 77, 81, 104, 126, 127, 133, 136, 139, 142, 268

## X

Xenofobia 167, 169, 174, 176, 177, 178, 182

